

## UMBU – Território em resistência

O Território do Umbu conta histórias. História da ocupação de prédios da COHAB/RS em 1987, que não cumpriam com sua função social; dos moradores das vilas de Porto Alegre e de pessoas vindas do interior do Estado do RS; de ocupações mais recentes na mesma área. Todos em busca de um lar que os abrigasse das intempéries e das durezas da vida. História de resistência à ordem de despejo; da organização comunitária e suas conquistas por infraestrutura e equipamentos; da Cooperativa Habitacional Umbu; de ser um território da paz; de ser a “alvorada de um povo”; de suas gentes e culturas. O Território do Umbu é símbolo da luta por moradia, mesmo antes desse direito estar na constituição federal.

O que se pretende valorizar com esta proposta de intervenção é a experiência e a história locais, a memória comunitária destes feitos, a tradição da cultura oral. Algumas marcas físicas no território também podem contar essa história, ser um elo entre o passado, o presente e o futuro, na busca pelo reconhecimento do valor e pelo sentimento de pertença ao território.

Assim, a proposta se guia por dois princípios: do **sensível** e do **prático**, sendo que o último precisa trazer respostas materiais para que o primeiro possa ser sentido a partir da experiência do corpo no espaço-tempo. Vivências essas que buscam se relacionar com os dois conceitos-chaves desta proposta: PERTENCIMENTO e CONEXÃO, ambos entrelaçados na pretensão de se criar integração social a partir de uma rede de espaços públicos, que promovam encontros, educação, esporte, lazer, qualificação, cultura, enfim... CIDADANIA.

A INTERVENÇÃO GERAL parte das pré-existências, já que o princípio de composição se baseia nas linhas curvas dos percursos já criados pelos moradores nos terrenos, bem como em seus usos e, a partir desse cruzamento, são distribuídas as novas atividades. Além disso, sempre que possível, a vegetação existente será mantida e, as cores usadas em cada espaço, respeitadas. A conexão entre os terrenos se dará por este princípio de organização, além daquele proposto para as ruas, com estratégias similares para calçadas, ciclovias/ciclofaixa e acessos compartilhados. Essa conexão também se dá pela materialidade que contempla o uso de madeira, tijolo, concreto e terracota, de acordo com as características de cada ambiente. Os parques infantis serão naturalizados e a proposta de vegetação prevê árvores frutíferas e nativas; de portes variados a depender do ambiente; caducas e perenes, conferindo luz e sombra, nas diferentes estações do ano. Está prevista a estratégia de jardins de chuva para drenagem, contribuindo para uma maior permeabilidade do solo e prevenindo alagamentos. As DIRETRIZES de PROJETO foram classificadas em dois grupos mais abrangentes: a SUSTENTABILIDADE, identificada com a economia e a inovação e o URBANISMO, englobando o paisagismo, a habitabilidade, os parâmetros urbanísticos e as estratégias de iluminação, mobiliário, pavimentação e acessibilidade. A sustentabilidade ambiental será contemplada pelo respeito às legislações ambientais, à vegetação, aos cursos d'água e à topografia existentes. Do ponto de vista econômico, o ideal é utilizar materiais comprados no bairro ou cidade, assim como a mão de obra, potencializando a parte social. Na impossibilidade, poderão ser encontradas empresas gaúchas, contribuindo para a economia do estado, em recuperação. A inovação não está na tecnologia e materiais avançados, mas em valorizar as estratégias locais, gerando uma maior dinâmica social e ligação afetiva com o lugar. Ela não está em mudar o olhar de quem intervém, mas em colocar a comunidade como protagonista. Do ponto de vista urbanístico, a proposta deve atender as questões de acessibilidade, trazer conforto, segurança e aparelhar os ambientes de acordo com as características locais. Deve possibilitar o encontro e as trocas que só o espaço público permite. Enfim... o confronto com o diferente, a geração de respeito à diversidade, uma ponta de transformação social.